

Concurso Público
Estruturação da Carreira
Criação de outras Diretorias
Eleição Direta PGJ

Concurso Servidor
Aquisição de Prédios
Nova Roupagem do MP
Maiores atribuições

1988

Obrigatoriamente do
PGJ integrar o MP-PB

L.C. 40/82

Nomeação do PGJ restrito a
membros da carreira.

Pequena estrutura administrativa e
patrimonial

Lei Política Nacional do Meio-Ambiente

Concurso Estagiários

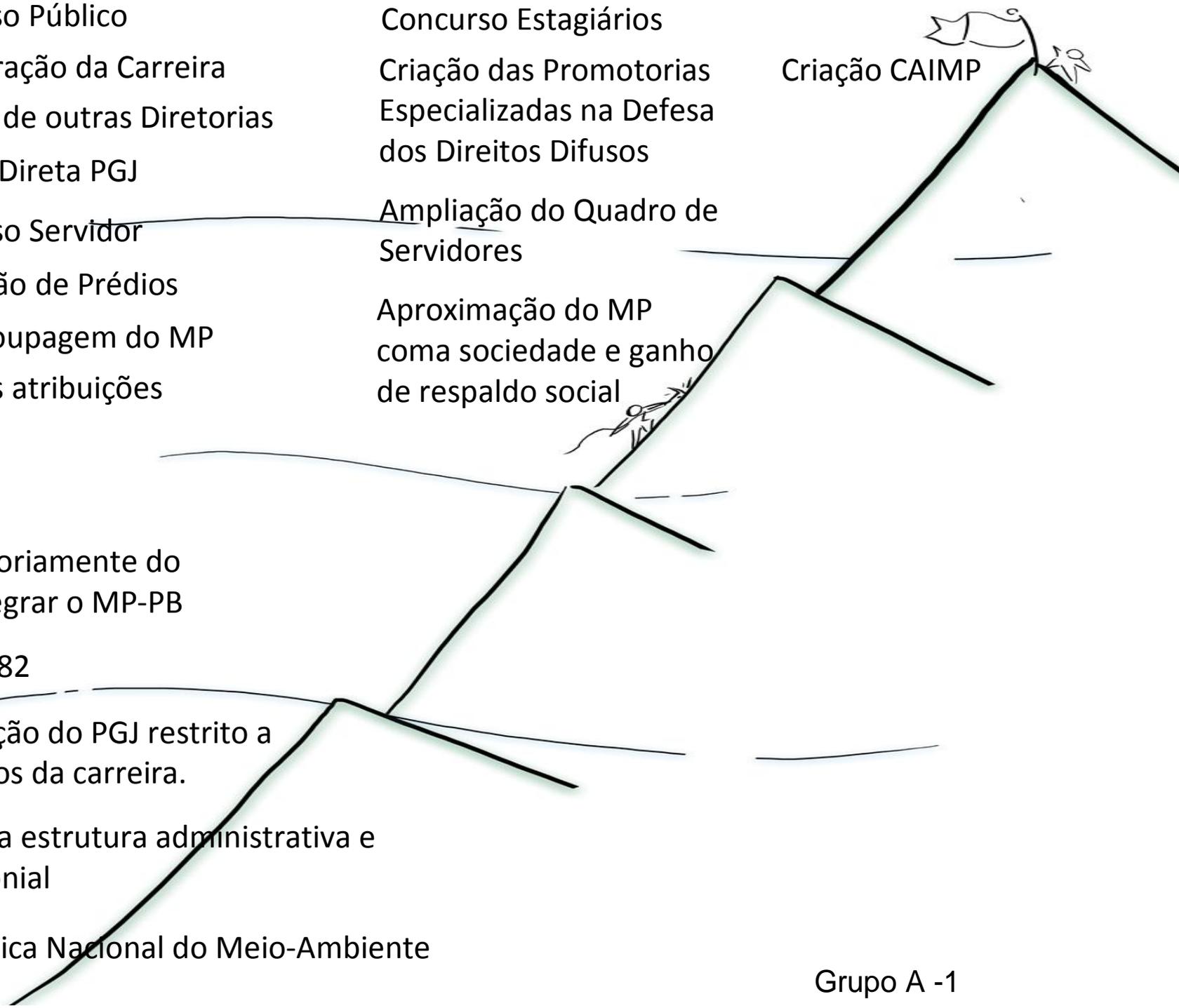
Criação das Promotorias
Especializadas na Defesa
dos Direitos Difusos

Ampliação do Quadro de
Servidores

Aproximação do MP
coma sociedade e ganho
de respaldo social

Criação CAIMP

Grupo A -1



Independência Financeira, Administrativa, Funcional

Eleição do PGJ pelos membros do MP (Lista Tríplice); Legitimidade passiva do Promotor de Justiça

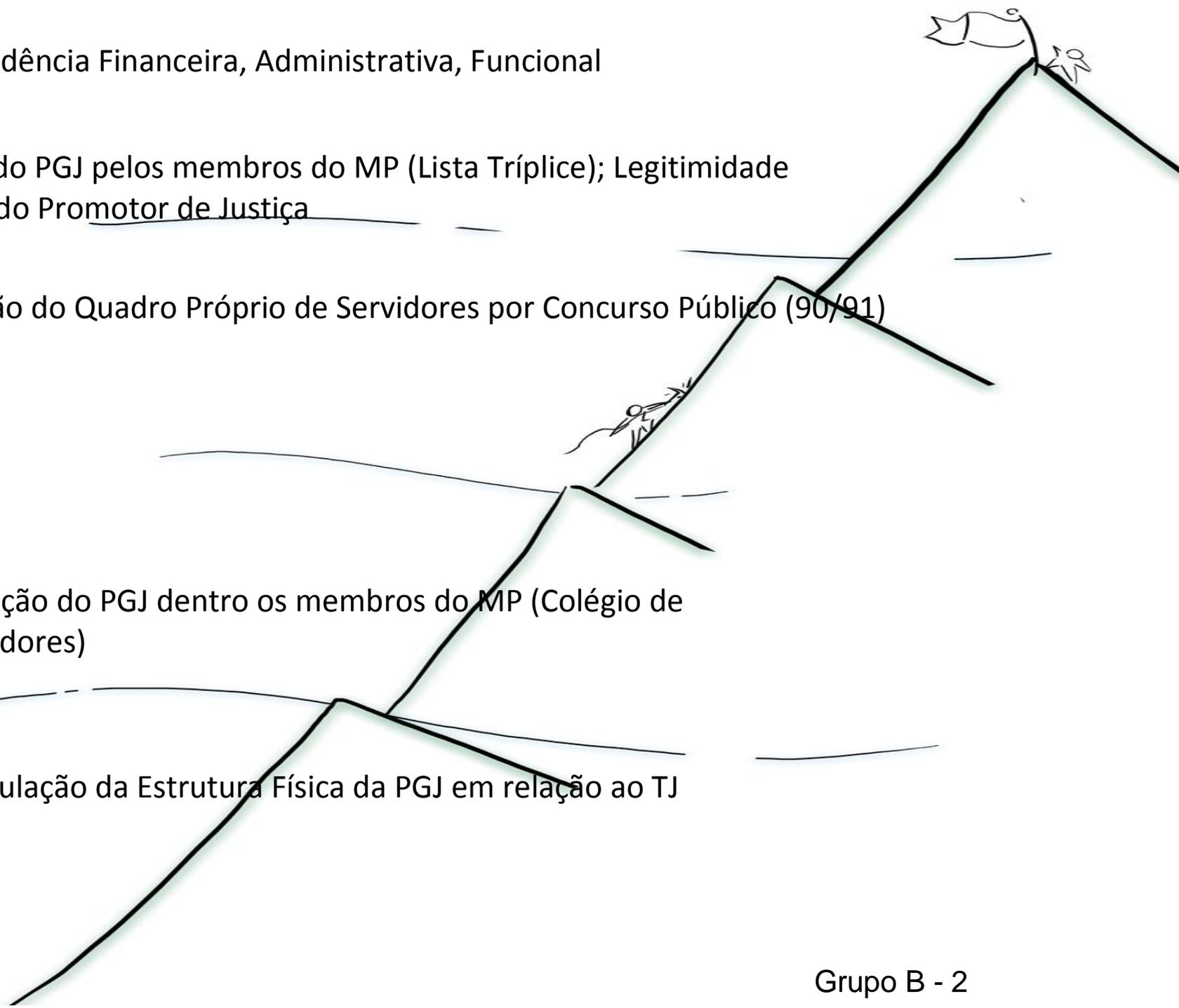
Formação do Quadro Próprio de Servidores por Concurso Público (90/91)

1988

Designação do PGJ dentro os membros do MP (Colégio de Procuradores)

Desvinculação da Estrutura Física da PGJ em relação ao TJ

Grupo B - 2



Parcerias MP e Instituições

Interiorização/Informatização

Valorização Servidor

Conquistas Espaços Físicos

Democracia na escolha PGJ

Reconhecimento Social MP

Princípios Institucionais na Constituição 1988

Implantação Grupos Temáticos

Criação Curadorias

Planejamento Estratégico

AUTONOMIA – Administrativa e Financeira

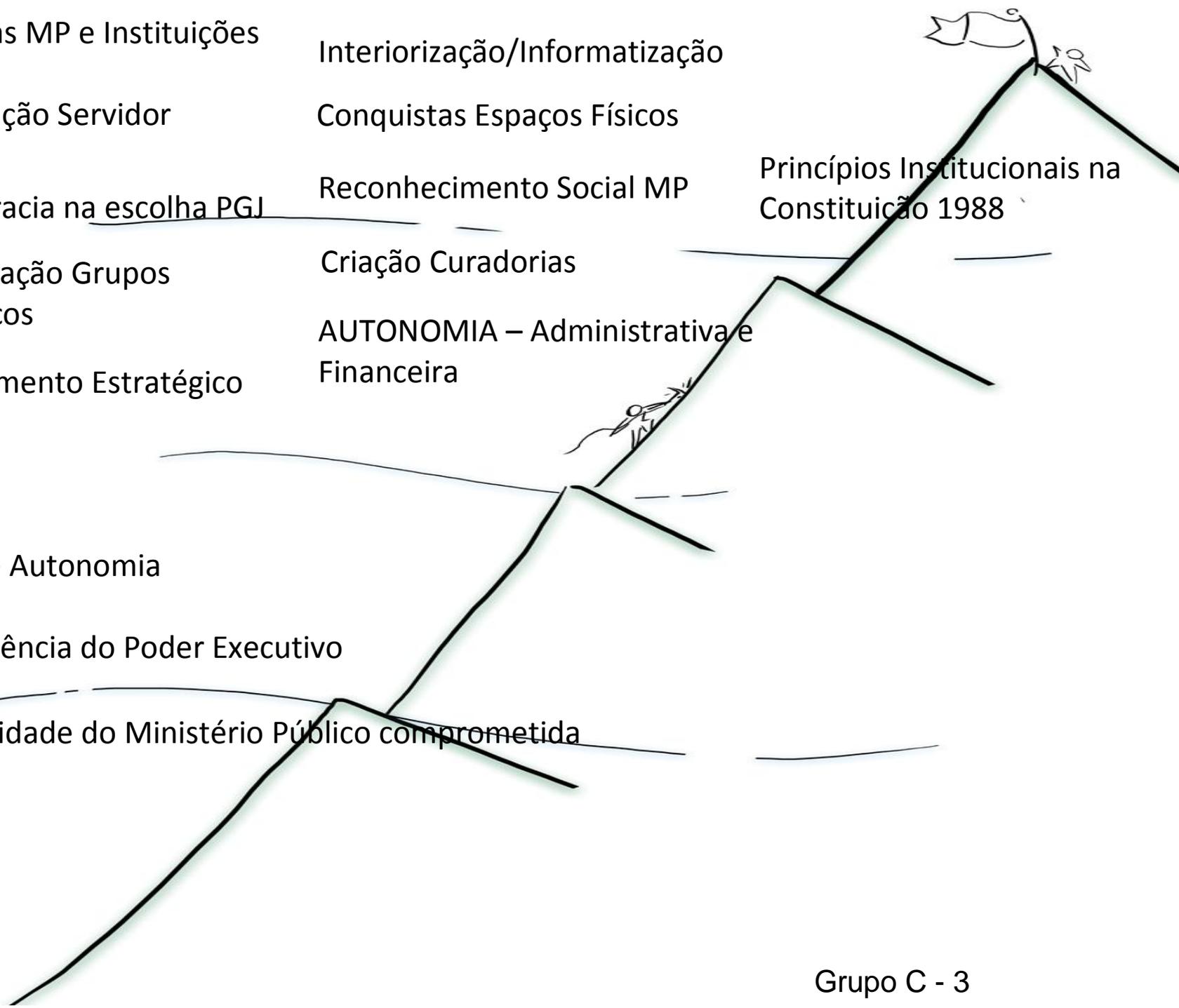
1988

Falta de Autonomia

Dependência do Poder Executivo

Credibilidade do Ministério Público comprometida

Grupo C - 3



Criação das Curadorias (1991)

Concurso Servidores (1991)

Lei de Combate à Improbidade
Administrativa (1992)

Eleições Diretas (2003)

Implantação do Subsídio (2006)

Ouvidoria do MP (2008)

1988

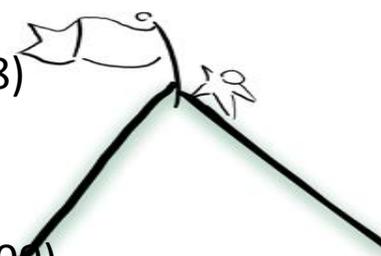
Lei ACP (1985)

Criação do PCCR dos Servidores (2008)

Desvinculação do MP ao Judiciário

1º Promotor de Justiça eleito PGJ (2009)

Seleção Estagiários (2010)



Repassa Duodécimo - 2005

Concurso Público para Servidores
- 2007

Processo de Interiorização do MP
- 1992

Eleição Direta - 1996

Promotor Eleito Procurador -
2009

1988

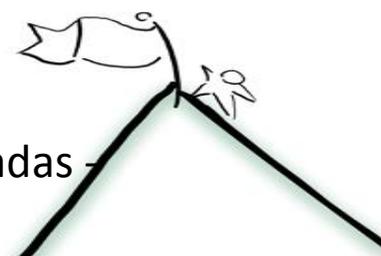
Obrigatoriedade do PGJ ser membro da
instituição - 1982

O Conselho Superior do MP passou a ser composto só
por membros - 1982

Independência do Executivo - 1988

Criação das Promotorias Especializadas -
1992

Implantação do Subsídio - 2005



Independência funcional, administrativa e financeira

Ampliação das garantias constitucionais

Participação dos Promotores na escolha do PGJ

Criação de núcleos especializados (Promotores Sociais)

1988

Ausência de independência funcional, administrativa e financeira, com ingerência total do Executivo

Falta de estrutura total de apoio logístico aos membros

Interferência do Poder Executivo na escolha do Chefe Administrativo da Instituição, bem como na movimentação de carreira dos membros

Atuação eminentemente processual com foco na área criminal. Ex: Tribunal do Júri.

Ausência de Lei Orgânica da Instituição. Ex. Lei Orgânica 19/94.

Distanciamento dos Promotores com a Administração Superior.

Implantação do subsídio, fomentando a unidade do MP

Integralização do quadro de servidores efetivos, com aprovação de um plano de carreira e realização de concursos públicos

Informatização de procedimentos administrativos e criação de um novo site institucional

Eleição de um PGJ Promotor de Justiça- 2009

Implantação de subsídios aos membros - 2006

Repasse do duodécimo - 2005

Escolha do PGJ por eleição direta - 1997

Construção de sedes de promotorias no interior - 1997

Realização do 1º Concurso de Servidores - 1991

Advento da LOMP (19/1994)

1988

Advento da Lei 7.347/85

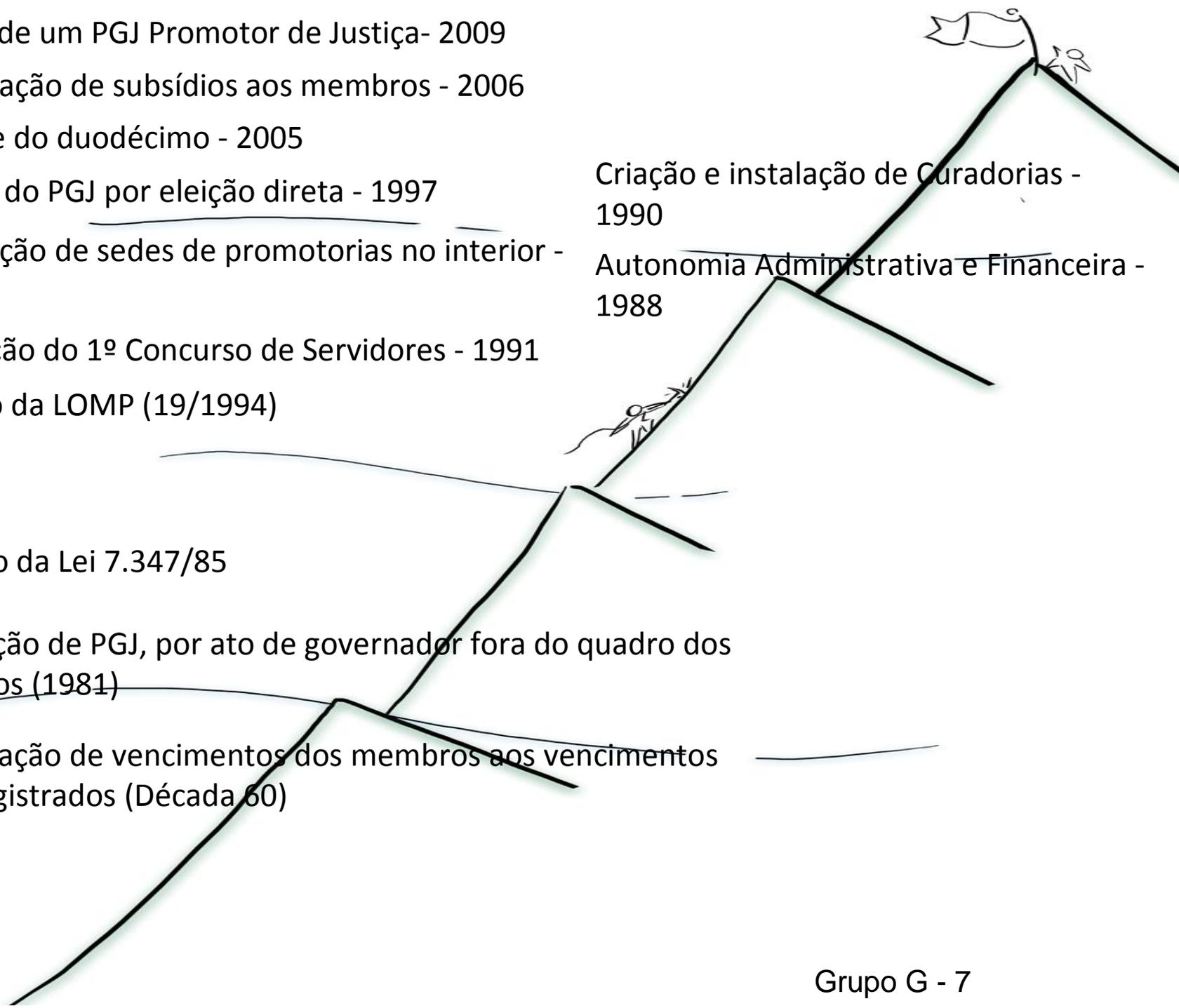
Nomeação de PGJ, por ato de governador fora do quadro dos membros (1981)

Equiparação de vencimentos dos membros aos vencimentos dos magistrados (Década 60)

Criação e instalação de Curadorias - 1990

Autonomia Administrativa e Financeira - 1988

Grupo G - 7



Criação CNMP

Implantação de Subsídio

Eleição de promotor p/ PGJ

Eleição direta PGJ

Interiorização do MP

Concurso Servidores e Estagiários

Paridade Salarial

Estrutura Física (Sedes)

Implementação e Modernização Tecnológica

1988

Papel do MP na Constituinte

A Lei da ACP

Destaque/Importância do MP Criminal e custos legis

Fortalecimento MP Social (Legislação Social e MP como parte)

Combate pelo MP dos ataques às suas prerrogativas e missões

Luta pela independência funcional

Grupo H - 8

Criação das Curadorias (1990)
Concurso de Servidores (1991)
Plano de Cargos p/ Servidores (1991)
Sede Própria (1992)
Tentativa de ingerência do Executivo (1992)
Informatização (1994)
Eleição Direta Legitimidade Ativa (2003)
Legitimidade Passiva (2005)

Repasse do duodécimo (2005)
Subsídio (2006)
Intranet (2005)
Tentativa de Retrocesso (2008)
1º promotor eleito p/ o cargo de PGJ (2009)
Concurso de Estagiários (1997)
Criação dos critérios p/ remoção e promoção p/ merecimento (2007)

1988

Paridade de vencimentos (1983)
Fortalecimento da Associação do MP (1972)
As novas atribuições da Constituição de 1988
Lista tríplice pelo Colégio de Procuradores (1988)
1º Concurso para Promotor

2006 – Implantação Subsídio

2006 – 2º Concurso Servidor

2004 – Repasse de duodécimo

2003 – Capacidade Eleitoral passiva do promotor

Construção Sede de Promotorias

1997 – Aquisição da Sede MP

1988

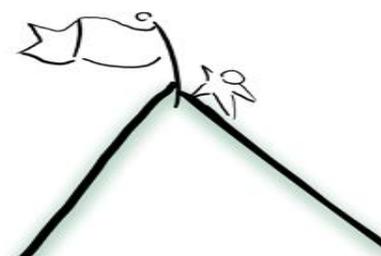
1988 – CF: Missão MP

1985 – Lei ACP - Curadorias

LC 40/81 – 1ª LOMP

Paridade Magistratura

1989 – Eleição Direta PGJ



Promotor como PGJ

Criação das Equipes de Apoio

Plenária Promotores

Criação das Curadorias

Autonomia Adm.-Financeira

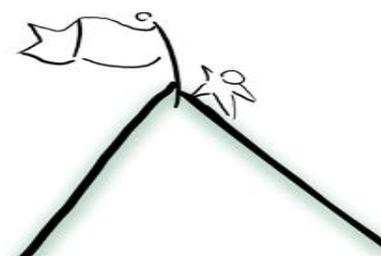
Eleição Direta PGJ

1988

Lei ACP

LOMP – PB (1982)

Quadro Próprio Servidores



Caop's temáticos

Prerrogativas constitucionais p/ membros (1988)

Repasse do duodécimo

Ampliação das atribuições do MP (1988)

Criação e fortalecimento das Curadorias (1990)

Implantação do PCCR p/ servidores (2008)

1988

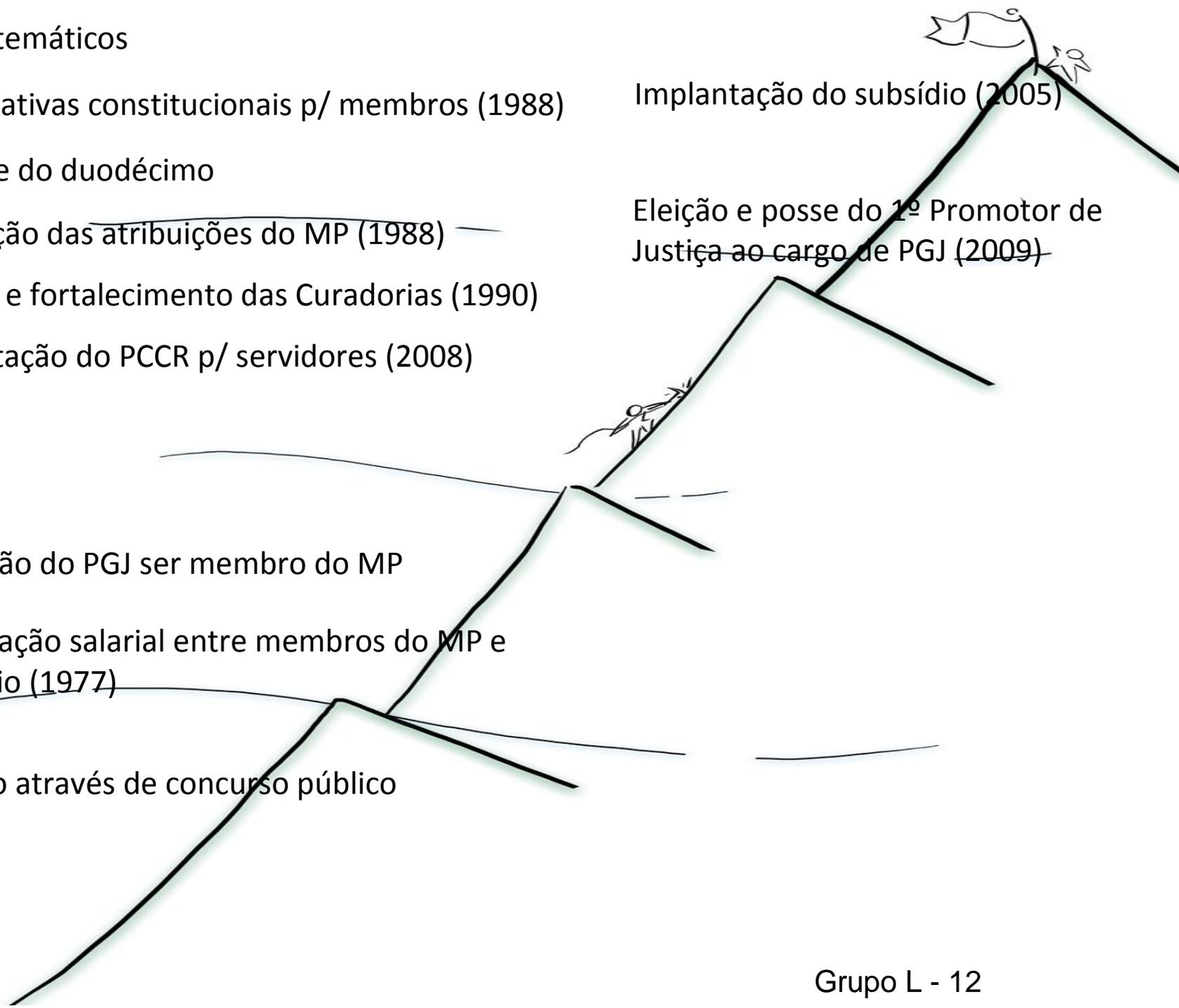
Obrigaçãõ do PGJ ser membro do MP

Equiparação salarial entre membros do MP e Judiciário (1977)

Ingresso através de concurso público

Implantação do subsídio (2005)

Eleição e posse do 1º Promotor de Justiça ao cargo de PGJ (2009)



Concurso de Servidor
Criação de subsídio
Promotor poder votar e ser votado
Tabelas: Eleitoral, Substituição, Férias
Criação: CAIMP, CCIAIF, CAOP, GAECO, Temáticos
Promotor Desembargador
Planejamento e Democratização: GEPLAG
Promotor mais votado (3x)
Sistema de Comunicação Institucional
Duodécimo efetivo

1988

Criação do MP
PGJ alheio ao MP
~~Promoções e remoções escolhidas pelo governador~~
Nomeação sem concurso
Promotor tomando posse perante o juiz

Concurso de Estagiários
Reconhecimento de direitos administrativamente
Sede do MP
Limite LRF DE 2%
Proposta p/ promotor não ser candidato
Ausência de servidores no interior
CAIMP
Governador não escolhe mais votado (2x)

Eleição direta PGJ

Subsídio

Construção Promotorias interior

Criação CAOP's

Quintos sucessivos

Critérios objetivos p/ exame merecimento

PC's p/ servidores

Sede própria

1988

Dependência financeira e administrativa

Ausência garantias dos membros

Atribuições limitadas com destaque p/ o crime

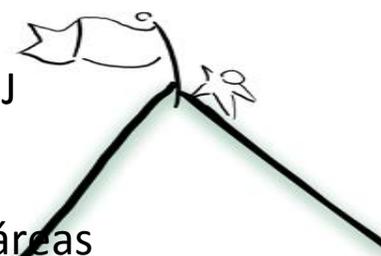
Ausência quadro próprio de servidores

Promotor concorrer a PGJ

Concurso estagiários

Concurso p/ servidores (áreas especializadas)

Informatização



- 2010 – 1º Concurso Estagiários p/ o interior
- 2007 – 2º Concurso de Servidores
- Após 2000 – Interiorização das Sedes
- 2009 – Escolha do membro do MP mais votado p/ PGJ
- 2009/2010 – Criação das Equipes Especializadas
- 2007 – Fim do Nepotismo no MPPB
- 1997 – Eleições Diretas – PGJ (Evolução Democrática no MPPB)
- 1991 – 1º Concurso de Servidores
- 1990 (Década) – Aquisição de sede própria
- Pós 1988 – Servidores Efetivos designados p/ o interior

1988 Criação das Curadorias

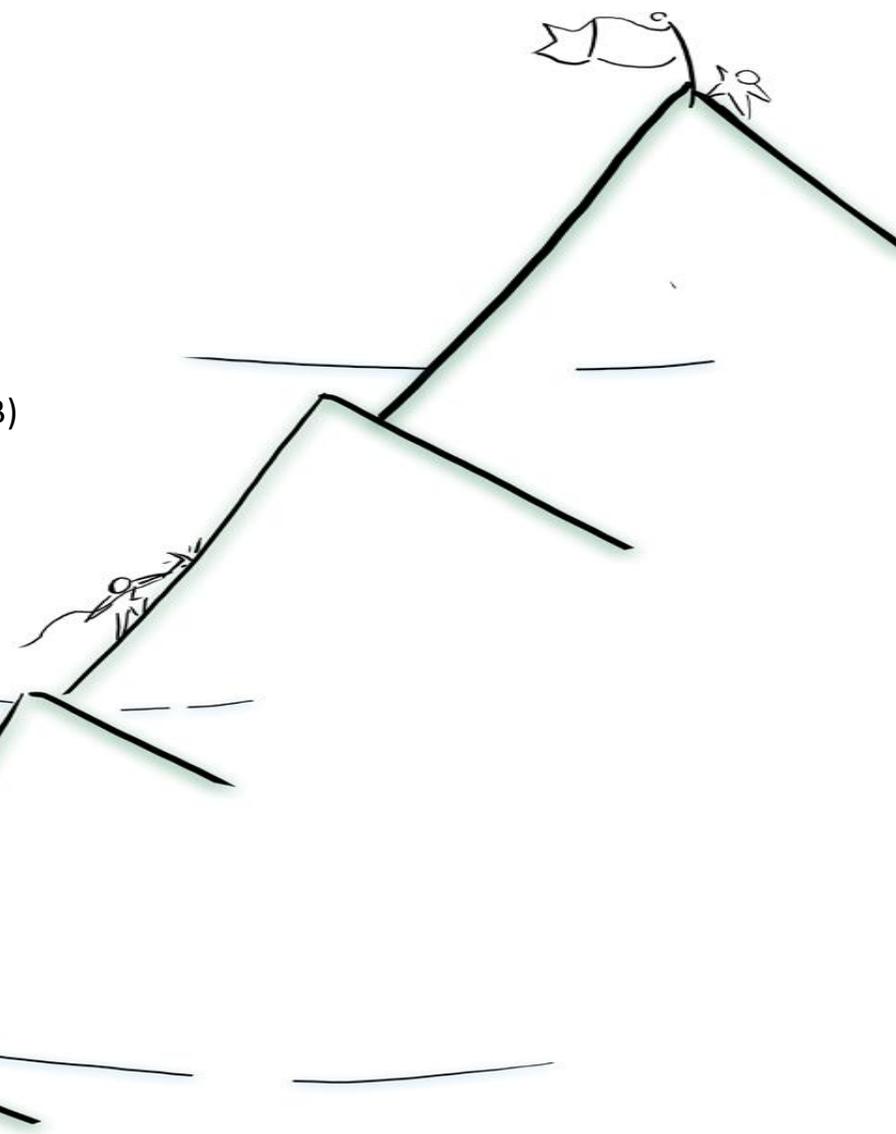
Fortalecimento da APMP

Não tinha autonomia

1985 – Lei da ACP

Nomeação de promotor adjunto pelo governador

Nomeação de promotor “ad hoc”



Capacidade eleitoral passiva do Promotor de Justiça
Quadro com regramento próprio de servidores auxiliares do MP
Criação dos CAOP's, CEAF, CAIMP, CCIAIF e GAECO.
Assunção por excelência da tutela coletiva
Desvinculação do Poder Executivo
Autonomia Administrativa e Financeira
Criação das Curadorias
Eleição Direta do PGJ
Remuneração por subsídios
Criação das Promotorias Especializadas

1988

Vinculação ao Poder Executivo
Nomeação, promoção e remoção atribuídas ao governador
Integração da Advocacia de Ofício ao MP
Conselho Superior integrado por pessoas alheias
Demissão e nomeação do PGJ pelo governador "Ad nutum"
O PGJ podia ser pessoa estranha ao MP
Atribuições eminentemente criminais

Duodécimo

Manutenção da capacidade eleitoral passiva do Promotor de Justiça
Remoção antes da Promoção
Criação do CNMP
A presença do concurso para estagiários
O concurso do servidor MP

Criação de Curadorias Especializadas

Efetivação das atribuições funcionais: CF, LOMP, etc

Eleições para escolha do PGJ (inicialmente indireta)

Implementação do subsídio

Reconhecimento social da efetividade da ação ministerial

Controle da improbidade administrativa

1988

Nomeação de Promotores "Ad hoc"

Ausência de infra-estrutura adequada

Nomeação de membros de forma política

Administração atrelada e dependente do Poder Executivo

Desvinculação do promotor ao juiz, no plantão

Desvinculação nas designações eleitorais

Promotor convocado para substituir Procurador, tem assento no Colégio

2010 – Criação da GEPLAG e DOS CAOP's Temáticos

2009 – 1º Promotor nomeado PGJ

2007 – Promotor convocado c/ direito de voto no CPJ

1991/2006 – Concurso de Servidores Públicos

2006 – Implementação do Subsídio

2003 – GAECO e elegibilidade passiva do promotor p/ PGJ

2000 – CAIMP e construção de sedes no interior

1998 – Voto p/ formação da lista tríplice do PGJ

1998 – Criação da CCIAIF

1988

1985 – Lei da ACP

Ingresso na carreira por concurso público

1994 – Implementação da autonomia institucional

1991 – Criação dos CAOP's

1990/1992 – Criação do grupo C.S.F.

1988/1990 – Criação das Curadorias

Garantias dos membros e Institucionais

1988 - Privatividade da APP

1992/2007 - Concurso público p/ servidores

1988 - Autonomia adm. E financeira

1997 - Eleição direta para PGJ

2003 - Elegibilidade do promotor p/ PGJ

1988

PGJ - Membro de Carreira

1985 - Lei da ACP

1970 - Obrigatoriedade de concurso público para Promotor

1988 - MP como defensor da sociedade

1991/1992 - Curadorias

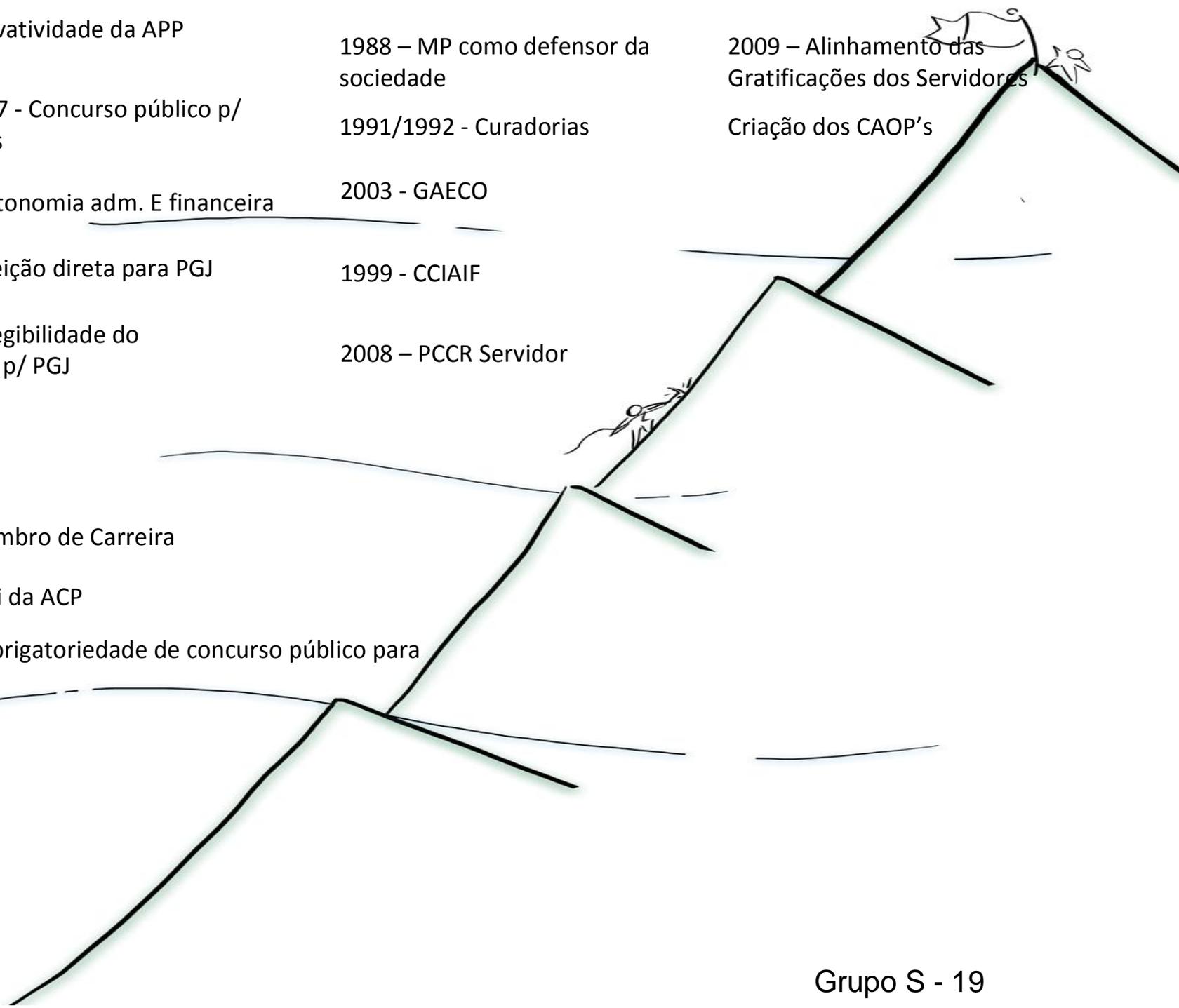
2003 - GAECO

1999 - CCIAIF

2008 - PCCR Servidor

2009 - Alinhamento das Gratificações dos Servidores

Criação dos CAOP's



Possibilidade de Promotor ser PGJ

Concurso Público para servidores

Instituição do Duodécimo

Constituição Federal

Doação do prédio antigo Fórum, que criou a Sede própria do MP

1988

Apêndice do Executivo

Não tinha Sede

As nomeações de membros, bem como as promoções eram feitas pelo governador, apesar do ingresso ser por concurso.

Não existia quadro de funcionários

Reforma da LOMP

O promotor deixou de ter apenas atribuições criminais, p/ assumir o papel de defensor da sociedade



Crescimento do MP em forma,
função e atuação

Atuação/ampliação do MP social de
forma coesa

Instalação dos CAOP's Temáticos

Instalação do CNMP

Gestão Democrática

1988

Possibilidade de candidatar-se a cargos eletivos

Instituição da Lei da Ação Civil Pública

Atuação direcionada à esfera criminal

Indicação Política do Promotor

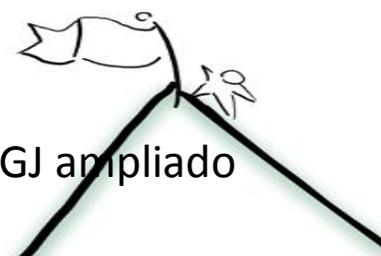
Autonomia financeira

Direito de votar e ser votado p/ PGJ ampliado
aos Promotores

L R F

Nova estruturação física

Defesa dos interesses coletivos



Previsão de novas garantias constitucionais

Criação das Curadorias

Implantação do subsídio

Autonomia financeira com repasse do duodécimo

Direito de voto p/ a lista tríplice de PGJ

Possibilidade do promotor de justiça ser eleito para PGJ

1988

Criação da APMP

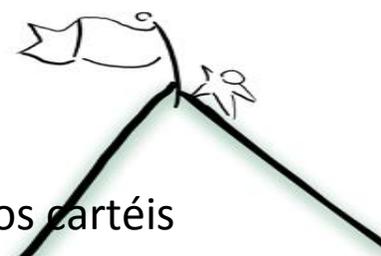
Desvinculação do MP ao Poder Judiciário

Advento da Lei nº 7.347/85 (LACP)

Criação da FESMIP

Operação de combate aos cartéis

Desvinculação dos plantões do MP com o Judiciário



Criação do quadro dos servidores (1990)

Criação das Comissões especializadas (GAECO)

Criação da FESMIP

Criação do CEAF

Autonomia financeira/funcional

1988

Saída das dependências do tribunal de justiça para sede própria

Fim do promotor "ad hoc"

Fim da nomeação de procurador geral de pessoas fora de carreira

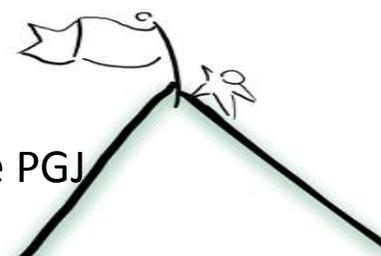
Implantação do subsídio

Eleição direta p/ escolha de PGJ

Qualificação dos servidores

Participação do promotor no processo eleitoral p/ escolha do PGJ

Democratização do MP



Criação de tabela para rodízio de Promotor Eleitoral

Implantação do duodécimo

Promotor exercendo suas atividades fora de sua titularidade

Concurso público p/ membros e servidores

Implantação do plano de cargos e carreiras dos servidores

Construção e reforma das promotorias no interior do Estado

LOMP

1988

Falta de autonomia e independência

Inexistência de concurso público

Conselho Superior do MP composto por pessoas estranhas à instituição

Existência de Promotor "ad hoc"

Remuneração incompatível com as atribuições

Falta de estrutura, inexistência de prédio próprio das promotorias

Carência de servidores nas comarcas do interior

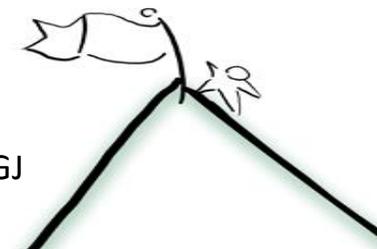
Uso da máquina de escrever

Eleição direta para PGJ

Promotor de Justiça candidato a PGJ

Lei de improbidade administrativa

Criação das Curadorias



Criação das equipes especializadas

Critérios objetivos para merecimento

Implantação dos subsídios

Início das melhorias físicas do MP

Direito do Promotor de se candidatar ao cargo de PGJ

1988

Concurso público para membros

Promotor nomeado pelo governador

MP visto como órgão auxiliar do Judiciário

PGJ se nega a delatar promotores na época da ditadura militar

Eleição direta do MP

Criação das Curadorias

Concurso público para servidores

